

Extensão universitária: contribuições dos projetos da Universidade Federal Rural de Pernambuco

University extension: contributions from two projects at the Federal Rural University of Pernambuco

Andresa Lydia da Silva Firmino Lins¹, Luis Henrique Romani de Campos²,
Maria Nainam Silvino Araújo dos Santos³

Área de submissão: Descentralização, planejamento regional e desenvolvimento
Classificação JEL: P 25 Economia Urbana, Rural e Regional

Resumo: O presente estudo teve por objetivo identificar a natureza e possíveis contribuições dos projetos de extensão da UFRPE-Sede e suas Unidades Acadêmicas para com a sociedade e a sua esfera de alcance. Trata-se de um estudo exploratório de natureza descritiva de cunho qualitativo com amostragem intencional. Para atender ao objetivo dessa contribuição acadêmica, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com gestores, professores e coordenadores dos projetos de extensão da UFRPE, além de pesquisa e levantamento de dados e informações oficiais. Os resultados apontam que os projetos de extensão da UFRPE e suas Unidades Acadêmicas, mesmo com consideráveis limitações, permitem que a Instituição atue como um veículo de mudanças e ações transformadoras da sociedade e na própria comunidade acadêmica. Contudo, as articulações com os atores da sociedade ainda são incipientes, principalmente no que compete a interação com o setor produtivo local.

Palavras-chave: Educação Superior; Sociedade.

Abstract: This study aimed to identify the nature and possible contributions of the extension projects of Federal Rural University of Pernambuco to society. This is an exploratory, descriptive study of a qualitative nature with intentional sampling. To meet the objectives of this academic contribution, semi-structured interviews were conducted with the coordinators of Federal Rural University of Pernambuco extension projects, as

¹ Economista. Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural.

² Economista. PhD em Economia. Pesquisador titular da Fundação Joaquim Nabuco.

³ Economista. Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural.

well as research and data collection and official information. The results show that the extension projects of Federal Rural University of Pernambuco and its Academic Units, even with considerable limitations, allow the Institution to act as a vehicle for changes and transforming actions in society and in the academic community itself. However, the articulations with the actors of society are still incipient, mainly in what concerns the interaction with the local productive sector.

Keywords: *Higher Education; Society.*

Introdução

A educação é um dos principais meios que propiciam a promoção e o desenvolvimento de um país. O governo federal, no período de 2003 e 2014, adotou políticas públicas direcionadas à expansão do ensino superior federal. Nesse período, houve um aumento expressivo na quantidade de universidades e na criação de *campi* universitários de instituições já existentes, sobretudo no interior.

Entre os programas conduzidos para alavancar esse crescimento, estão os Programas de Expansão I e II (BRASIL, 2012). O primeiro foi desenvolvido pelo Governo Federal no período de 2003-2007, por meio da política de interiorização do ensino superior público federal. A segunda fase de expansão (2008-2012), representada pela implantação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), anunciada em 2007, contribuiu para o aumento progressivo das instituições federais, com a abertura de novos *campi*, cursos e novas vagas, tendo em vista a ampliação do acesso à educação, o desenvolvimento do país e redução das assimetrias regionais (FIRMINO, 2014).

A atuação do Estado com vistas ao crescimento do ensino superior público e gratuito, via expansão das universidades para cidades médias e pequenas, revela sua compreensão quanto ao papel das universidades como agentes propulsores do desenvolvimento regional. Esse pensamento evidencia-se ao se avaliar os critérios das alocações das universidades federais. Merece atenção o fato de que há um interesse de instalar as unidades para regiões com relevância e potencialidades produtivas, com condições gerais de desenvolvimento e cadeias produtivas estruturadas que apontam para a vocação econômica.

É de notório conhecimento que a abertura de uma universidade promove mudanças imediatas e futuras no âmbito social, econômico, cultural e político do município que a recebe e em toda a sua área de influência. Essas alterações provocam diversos impactos de curto e longo prazo, que transcendem os tradicionais indicadores de educação, tais como: a taxa de escolarização, o nível de instrução, anos de estudos de uma população ou até mesmo a qualificação da mão de obra.

As universidades brasileiras, em particular as de natureza pública, caracterizam-se quanto à organização das políticas institucionais pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988). Assim, sustentada nesse tripé, e a partir de uma efetiva inter-relação e vínculos com os segmentos da sociedade civil (o poder público, as autoridades, lideranças, as organizações empresariais e instituições locais), a universidade cumpre suas responsabilidades e influencia a dinâmica da região onde está localizada, bem como em toda a sua esfera de alcance. Diante das perspectivas expostas, a presente contribuição acadêmica enfatizou a importância das atividades de extensão universitária para concretização desse processo de transformação e desenvolvimento.

A ênfase dada à função básica da extensão explica-se em virtude dessa ação tornar mais efetiva a integração universidade-sociedade. A extensão universitária é uma via de mão dupla que permite a troca de saberes entre a comunidade acadêmica e a sociedade.

Tratar o significado e a importância da interação entre a universidade e a sociedade, e o papel da extensão universitária para esta conexão é um assunto que requer maior discussão e aprofundamento. Este trabalho propõe contribuir com o debate, concentrando a atenção nas atividades de extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Dito isso, o objetivo do artigo é identificar a natureza e as contribuições dos projetos de extensão da UFRPE, por meio de suas unidades acadêmicas, na melhoria das condições de vida das comunidades locais, das empresas da região e na formação do corpo discente.

Adicionalmente, como objetivos específicos, estão: *i)* relatar a natureza e as ações desenvolvidas pelo projeto de extensão da UFRPE e suas Unidades Acadêmicas; *ii)* apontar redes de relacionamento (vínculos) institucional que Universidade provenientes dos projeto de extensão; *iii)* apresentar os principais problemas apontados pelo corpo docente para realização dos projetos de extensão.

Pretende-se, a partir dessa abordagem, avaliar a integração dos projetos de extensão em seu espaço geográfico, observando a compatibilidade e o comprometimento com as vocações, potencialidades e demandas nas localidades de suas atuações, e descrever as competências, desafios e limites encontrados na atuação da UFRPE e das suas Unidades Acadêmicas em seus projetos de extensão. Espera-se que os resultados alcançados possam subsidiar as discussões para a ampliação e melhoria das políticas e atividades de extensão universitárias. Entende-se ser necessária a reflexão sobre a relação da universidade e a sociedade para o desenvolvimento das regiões, em virtude do seu papel social de formação profissional, geração e aplicação de conhecimento.

Universidade e a Extensão Universitária

A criação das universidades públicas brasileiras denota a intencionalidade de que estas contribuam para o desenvolvimento do país atendendo à necessidades específicas que propiciem o desenvolvimento econômico, social, cultural e político de uma nação. Ao longo de sua trajetória, as instituições de ensino superior foram compreendidas como formadoras de recursos humanos e geradoras de pesquisa para a promoção e o desenvolvimento do país (CUNHA, 1980; FAVERO, 2006).

Historicamente, registros sobre a missão e o processo de formação da universidade denotam que, durante décadas, houve um tom enfático quanto ao papel da universidade associando-se o ensino à pesquisa⁴, evidenciando, assim, o modelo tradicional de instituições de ensino superior existentes no Brasil por longos anos. Desde o seu surgimento, a universidade constituiu um espaço privilegiado para a formação de profissionais de nível superior e para a produção do conhecimento. O ensino emergiu como a primeira missão da universidade e, posteriormente, porém não de imediato, a pesquisa. Para Tauchen e Fávero (2011), a inclusão da pesquisa amplia a relação da universidade com a sociedade, contudo, não assegura a integração entre elas.

Com as mudanças de paradigmas econômicos, políticos e sociais, novos princípios organizativos foram estabelecidos passando a requererem novos padrões de regulação acadêmica e administrativa por parte das universidades. Uma sequência de

⁴ A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei nº 4.024 de 1961) certifica a preocupação com o ensino em relação à pesquisa. No seu Art.66, constava que o ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes, e a formação de profissionais de nível universitário.

alterações estruturais foi efetuada para adequar as novas realidades e demandas da educação superior brasileira. Novas reformas foram realizadas, destacando-se a Reforma Universitária de 1968 (Lei 5.540/68) que promoveu uma reorganização e funcionamento das universidades. Essa reforma trouxe grandes avanços, a título de exemplo, a instituição da extensão universitária como um dos pilares de sustentação da universidade.

Na Lei supracitada, a legislação estabelece as diretrizes da presença e integração da universidade diante da sociedade. O art. 20 da Lei 5.540/68 determina que as atividades de ensino e os resultados de suas pesquisas estenderá à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais (BRASIL, 1968). Em complemento, o seu art. 40, alínea “a”, revela o compromisso da universidade com a transformação da sociedade, determina que as instituições de ensino superior através de suas atividades de extensão, “proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em **programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento**” (BRASIL, 1968, grifo nosso).

Os dois artigos da Lei 5.540/68 fortalecem o compromisso social da universidade com a sociedade ao incluir a realização da atividade de extensão no bojo de suas funções. Legalmente, a partir de então, é requerida uma nova postura da universidade que incorpore um modelo de universidade superior ao tradicional. Isso aponta para uma referência de instituição de ensino superior aberta à sociedade, que assume o papel de protagonista ao sair dos seus muros em direção à sociedade.

Assim, seus interesses e preocupações, além de direcionados ao atendimento de suas próprias demandas, precisam assistir também as da sociedade, sendo essa última direcionada preferencialmente às questões de interesse social, que provoquem melhorias das condições de vida da população.

Como colocado por Mazzilli (1996, p. 64), “a universidade é patrimônio da sociedade como um todo e não apenas da parcela desta sociedade que a frequenta”. Então, ao considerá-la patrimônio da sociedade, é necessário que ela esteja mais próxima da sociedade, e esta adjacência não seja tão somente o espaço físico. Mas, que haja proximidade direta do ambiente acadêmico com o público não universitário na produção e disseminação de conhecimentos. Nesse sentido, a extensão universitária surge como a alternativa para a democratização do acesso a esses conhecimentos.

Com o passar dos anos, outras mudanças, reformas e dispositivos legais foram aprovados no ensino universitário do Brasil e o debate sobre a extensão universitária foi

amplamente discutido até que se tornou uma referência nacional, ganhando reconhecimento legal e destaque nas pautas de políticas de educação e no meio universitário.

A normalização da extensão em instrumentos legais; a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras⁵ (FORPROEX), no fim da década de 1980; a inclusão da indissociação entre ensino, pesquisa e extensão no artigo 207 da Constituição Federal de 1988, na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) e no Plano Nacional de Educação (2001, 2014); bem como a publicação do Plano Nacional de Extensão (1999, 2001)⁶ norteador para implantação da Política Nacional de Extensão (2012), entre outras ações e políticas institucionais, refletem um processo de discussão nacional coletivo, que reconhece e busca consolidar a extensão universitária como uma prática acadêmica indispensável.

Essas ações fizeram com que a atividade acadêmica ganhasse maior notoriedade e, desde então, o conceito, a institucionalização, as diretrizes e a definição de políticas acadêmicas de extensão são amplamente discutidas no contexto da missão e da atuação das universidades. O conceito de extensão universitária, ao longo da história das universidades brasileiras, passou por vários entendimentos avançando para uma perspectiva de função social da universidade.

A ideia tradicional de extensão, que perdurou por anos, é a de que a extensão universitária consistia em levar o conhecimento produzido dentro dela à comunidade, ou seja, de ser um canal de transmissão de conhecimento. Apesar do foco da extensão estar na atuação com a comunidade externa, nesse período, ela apresentava-se desvinculada do ensino e da pesquisa. As funções da universidade ocorriam sem firme articulação⁷ e direcionava principalmente a formação dos seus próprios acadêmicos ou egressos, descartando a população de poder econômico reduzido (NOGUEIRA, 2001). No entendimento atual, acredita-se na produção do conhecimento como frutos dos diálogos oriundos tanto da sociedade como da universidade, conferindo novos sentidos à extensão universitária.

Em concordância com a definição aprovada pelo Forproex em 1999, e atualizada mais recente, em 2012, na Política Nacional de Extensão Universitária, o conceito atual

⁵ O Forproex, criado em 1987, é uma entidade direcionada à articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão (RENEX, 2020), no contexto das políticas educacionais do ensino superior. Consiste em espaço de discussão e definição do papel da extensão na universidade.

⁶ O Plano Nacional de Extensão define diretrizes para a Extensão Universitária, sua versão original foi lançada em 1999.

⁷ De acordo com Diemer (2019); Enricone (2006).

de extensão é definido como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que, sob o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012). Esse conceito constitui uma referência nacional e é reconhecido e adotado por mais de 140 instituições federais, estaduais e municipais ligadas ao Forproex, segundo o sítio eletrônico da Rede Nacional de Extensão⁸, que mantém cadastro das instituições integrantes.

As diretrizes para extensão universitária são expressas em quatro eixos: Impacto e transformação, Interação dialógica, Interdisciplinaridade e a Indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão (FORPROEX, 2007; 2012). Esses eixos introduzem uma nova concepção de Universidade diante da sociedade em que se insere. A primeira diretriz **Impacto e Transformação** determina que as atividades de extensão devem estabelecer uma articulação entre a universidade e outros setores da sociedade, de forma que essa relação promova impacto na formação do estudante e impacto e transformação social.

Propõe através de uma atuação transformadora, direcionar as práticas de extensão aos interesses e carências das demandas da sociedade; e contribuir na implementação e aprimoramento de políticas públicas e no desenvolvimento regional. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB nº 9.394/96), no art. 43, inciso VI, determina que se deve “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade”.

A diretriz **Interação dialógica** determina que a extensão é uma forma de aproximar a universidade de sua comunidade e do estabelecimento de uma relação mútua. O desenvolvimento de relações entre universidade e setores sociais são marcadas pelo diálogo e por uma ação de mão dupla, onde, segundo Forproex (2012, p.15), se expressa como “uma via de mão dupla com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico”. Assim, as propostas e produtos da extensão permanecem e são produzidos em uma dinâmica de aprendizagem reflexiva, mútua e autônoma (COSTA, SANTOS E GRINSPUN, 2009).

A **Interdisciplinaridade** conduz a prática da extensão à interação intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais, possibilitando articulação com diversas áreas

⁸ Instituições membros do FORPROEX, disponível em <https://www.ufmg.br/proex/renex/>.

de conhecimento (FORPROEX, 2007). Por fim, a extensão universitária passou a ser compreendida como um processo que articula o ensino e a pesquisa de maneira indissociável (diretriz da **Indissociabilidade** ensino-pesquisa-extensão) como também o integra às demandas da sociedade onde está inserida.

Aspectos Metodológicos

O artigo é de natureza descritiva de cunho qualitativo com amostragem intencional. Nesse tipo de amostragem, a partir de Churchill (1998, p.301), os elementos da população são selecionados intencionalmente. Essa seleção considera que a amostra poderá, portanto, fornecer as contribuições solicitadas e de interesse da pesquisa.

Oliveira (2001, p.09) apresenta que em pesquisas com amostragem intencional, geralmente, são escolhidos os casos considerados “típicos” da população em estudo para compor parte da amostra. Assim, é comum que especialistas sejam escolhidos para dar seu depoimento, uma vez que eles são detentores do conhecimento sobre o assunto que está sendo pesquisado. Nessa perspectiva, fez-se uso do levantamento de fontes primárias, resultado de pesquisa da Fundação Joaquim Nabuco, realizado por uma equipe de pesquisadores da Instituição⁹ em que foram entrevistados os professores mais atuantes na extensão bem como gestores e coordenadores.

As entrevistas semiestruturadas com questões norteadoras foram aplicadas, individualmente com representantes da UFRPE e gravadas com autorização prévia dos participantes no mês de julho de 2019. Posteriormente, foram transcritas em sua totalidade. A escolha por esse instrumento de pesquisa justifica-se em virtude de ele permitir ao entrevistado expressar suas concepções a respeito das perguntas formuladas dentro do contexto da pesquisa, sem se restringir a opção de respostas prontas, que, por sua vez, não permite exprimir amplamente sua opinião.

De posse do referido material, foram adotadas as fases da pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados – inferência e a interpretação (BARDIN, 2011). Foram empreendidas várias leituras de todo o material coletado e posterior organização e ordenação para realização de uma análise temática, conforme os objetivos da pesquisa e com base nos documentos oficiais da UFRPE e postulados da

⁹ Esse artigo é resultado de uma pesquisa maior da Fundaj intitulada: “Efeitos das políticas de extensão das universidades públicas de Pernambuco”. Os dados primários foram coletados pela própria Fundação.

Política Nacional de Extensão Universitária. Assim, as respostas dos entrevistados foram organizadas por conteúdos pertinentes aos objetivos da pesquisa.

Portanto, o estudo preocupou-se em abordar os resultados com base na interpretação dos relatos dos entrevistados (análise temática de conteúdo), e sua comparação com os documentos institucionais, bem como as similaridades nas falas entre os sujeitos entrevistados. Para isso, foram realizados recortes do texto transcrito, separando as falas e explicações dos entrevistados (revelando o que foi declarado) conforme sua vivência e conhecimento sobre o tema abordado.

A partir dos relatos individuais, buscou-se traduzir a expressão do pensamento coletivo. Como apontado por Gondim e Fischer (2009), o discurso individual revela não somente a percepção e concepção individual de mundo, porém uma percepção compartilhada que gera também um discurso compartilhado e coletivo. Ainda, na fase do desenvolvimento da pesquisa, coube realizar levantamentos de documentos e de dados em fontes oficiais pertinentes ao estudo. Assim, foram consultados as Leis e Decretos do Governo Federal, Estatuto e Regimentos, Resoluções, Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRPE e demais instituições objetos de estudos. É importante sublinhar que o trabalho seguiu como referência o entendimento de extensão universitária definido pelo Forproex.

Para relatar a natureza e as ações desenvolvidas pelo projeto de extensão da UFRPE, utilizou-se o banco de dados dos projetos de extensão disponível no Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SigProj) para a coleta dos dados da UACSA. Para a UFRPE-Sede e demais Unidades, fez-se uso dos dados informados em documentos oficiais disponibilizados na hospedagem eletrônica da UFRPE.

Breve contexto histórico da UFRPE e suas Unidades Acadêmicas

A Universidade Federal Rural de Pernambuco, inaugurada há 107 anos com os cursos de Medicina Veterinária e Agronomia, figura atualmente como um centro de tradição nas esferas do ensino, da pesquisa e da extensão no Estado e no Brasil.

A partir dos programas de pós-graduação e de parcerias com órgãos de fomento à produção científica, as pesquisas abrangem diversas áreas do conhecimento, tais quais as ciências da terra, educação, saúde e tecnologias. Por meio da extensão, dialoga com os diversos segmentos da sociedade.

Nos anos 2000, a UFRPE vivenciou, através dos planos de interiorização e reestruturação das Instituições Federais de Educação Superior (IFES), um novo ciclo de expansão de suas atividades o que levou a ampliar sua área de atuação, a ponto de alcançar espaços em outras áreas do conhecimento, cumprindo dessa forma a necessidade de atualização e adequação às demandas contemporâneas da sociedade. Como parte das transformações da própria UFRPE, ao longo de sua história centenária, além da criação de novos cursos na sede (Dois Irmãos) ocorreu a abertura de Unidades Acadêmicas vinculadas.

A Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG/UFRPE) foi o primeiro *campus* do programa de Expansão e Interiorização das Instituições Federais de Ensino Superior do Governo Federal com as suas primeiras atividades acadêmicas iniciadas em 2005. A Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST-UFRPE) foi inaugurada em 2006 e, em 2014, na terceira fase do programa foi implementada a Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho (UACSA). A presença da UFRPE, por meio de seus *campi*, no estado de Pernambuco deu-se primordialmente em regiões desassistidas de instituições da rede federal de ensino superior, e que apresentam base produtiva dinâmica e com potencial produtivo. Há de convir, que a própria escolha das instalações dos *campi* e os cursos ofertados revelam o interesse de promover o desenvolvimento das regiões, gerar incrementos nas atividades produtivas e melhorias nas condições de vida da população para desenvolver e fortalecer o território.

Resultados e Discussões

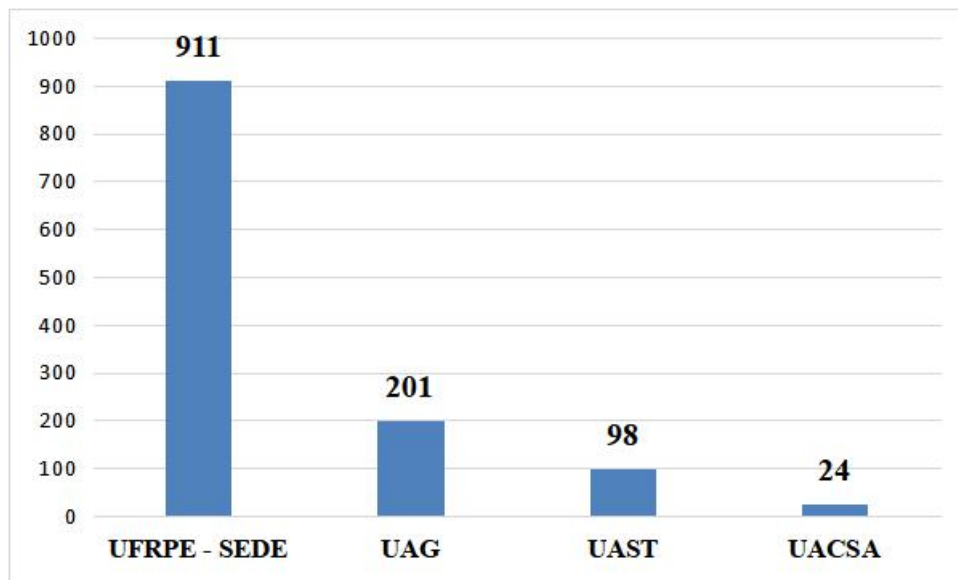
A partir das informações levantadas na plataforma virtual da UFRPE, foram identificados um total de 1.210 (hum mil, duzentos e dez) projetos de extensão desenvolvidos entre os anos de 2010 a 2016¹⁰ na UFRPE- Sede, UAG e UAST¹¹. Destes, novecentos e onze correspondem aos da Sede, duzentos e um aos da UAG, e noventa e oito aos da UAST. Com base no acervo de projetos de extensão disponível no Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGProj), seja em situação de conclusão ou em fase de andamento, totalizaram vinte e quatro projetos de extensão durante os quatros

¹⁰ Não foram identificadas as fases dos projetos (em andamento, concluído) e informações referentes ao ano de 2015 para as unidades e *campus*. Não foram localizadas as informações referentes ao ano de 2014 para a UAST.

¹¹ Não foram identificadas as informações para a UACSA. Sobre esta, os dados foram coletados no SIGProj.

primeiros anos de existência da UACSA. Assim, o quantitativo final registrou um total de 1.234 (hum mil, duzentos e trinta e quatro) projetos de extensão.

Figura 1 - Quantitativo de Projetos de Extensão



Fonte: Elaboração própria.

São apresentadas a seguir, de forma sucinta, a natureza dos projetos.

Quadro 1 - Natureza dos projetos UFRPE - SEDE

Educação e Trabalho	educação geral, ambiental e sanitária; integração escola e universidade; educação social para práticas de cidadania e relações de consumo e orçamento e qualidade de vida; capacitação e educação profissionalizante; inclusão digital.
Direitos Humanos e Justiça	direitos individuais e coletivos; inclusão social e responsabilidade social e ambiental; juventude; famílias; infância, educação; questões de gênero, de raça, de diversidade cultural e movimentos sociais; direito animal; segurança alimentar; comunidades carentes.
Meio Ambiente	preservação e sustentabilidade do meio ambiente; educação ambiental; gestão de resíduos sólidos/reciclagem; gestão dos recursos naturais; saneamento.
Saúde	promoção à saúde e qualidade de vida; saúde pública; saúde da família; saúde animal; práticas esportivas.
Cultura	artesanato e produção cultural (museus, música; dança); valorização do patrimônio gastronômico regional.
Comunicação	participação em eventos, desenvolvimento de plataforma virtual (site); interlocuções entre a universidade e a escola pública; difusão do uso de tecnologias de comunicação
Tecnologia e Produção	transferência de tecnologias; técnicas de produção e manejo animal; desenvolvimento de softwares educativos.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 2 - Natureza dos projetos UAG

Educação e Trabalho	educação geral e ambiental; capacitação e treinamentos; inclusão digital; biblioteca virtual.
Meio Ambiente	preservação e sustentabilidade do meio ambiente; educação ambiental; gestão de resíduos sólidos; gestão dos recursos naturais; saneamento.
Saúde	educação/promoção à saúde e qualidade de vida; alimentação saudável; saúde animal.
Cultura	produção cultural (museu).
Comunicação	promoção da interação entre a comunidade científica e a população através de plataforma virtual (site).
Tecnologia e Produção	transferência de tecnologias; desenvolvimento de software para atividade leiteira; desenvolvimento de aplicativo; integração digital.

Fonte: Elaboração própria

Quadro 3 - Natureza dos projetos UAST

Educação e Trabalho	educação ambiental, educação através de museu; integração escola e universidade; educação social para práticas de cidadania e relações de consumo e orçamento e qualidade de vida; capacitação e educação profissionalizante; inclusão digital.
Direitos Humanos e Justiça	direitos individuais e coletivos; violência de gênero (contra a mulher).
Meio Ambiente	preservação e sustentabilidade do meio ambiente; educação ambiental; gestão de resíduos sólidos/reciclagem.
Saúde	promoção à saúde e qualidade de vida; saúde pública; saúde animal; higiene.
Comunicação	difusão das atividades da UAST através do rádio.
Tecnologia e Produção	transferência de tecnologias; técnicas de produção e manejo animal; técnicas de produção de leite.

Fonte: Elaboração própria

Quadro 4 - Natureza dos projetos UACSA

Educação e Trabalho	capacitação e qualificação de recursos humanos (formação técnica); alfabetização, leitura e escrita; formação de professores; metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem.
Direitos Humanos e Justiça	direitos individuais e coletivos; inclusão social e responsabilidade social; questões de gênero, de raça, de diversidade cultural.
Meio Ambiente	preservação e sustentabilidade do meio ambiente; educação ambiental; gestão de resíduos sólidos; gestão dos recursos naturais; saneamento.
Saúde	promoção à saúde e qualidade de vida; saúde pública; saúde da família; atenção integral à mulher; terceira idade.
Cultura	artesanato e produção cultural.
Tecnologia e Produção	transferência de tecnologias.

Fonte: Elaboração própria

Ao avaliar-se os objetivos de cada projeto de extensão observou-se que as práticas de extensão encaminham a universidade para fazer parte da solução de problemáticas sociais e ambientais, tanto na região onde está inserida, quanto no âmbito de toda sua esfera de alcance. Essa disposição, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2013-2020 (UFRPE, 2018), demonstra que na medida em que responde à coletividade, com a promoção e melhoria da qualidade de vida do entorno e da sociedade, a universidade legitima também o seu papel social. Ainda, é possível considerar que isso significa promover a Interação dialógica – diretriz que orienta a formulação e implementação das ações de extensão universitária.

A extensão universitária, por sua natureza interdisciplinar, permite alcançar o público interno e externo das Instituições. Os projetos de extensão integram, sobretudo, a participação de discentes (bolsista e voluntários), além de docentes da universidade. Segundo os professores e coordenadores entrevistados, o estudante da UFRPE é inserido como protagonista na execução das atividades de extensão, que ocorrem por meio de palestras, oficinas educativas e culturais, produção de material didático, cartilhas, mini cursos e apresentação de trabalhos acadêmicos.

Ao viabilizar o contato do estudante com o público externo da universidade e sua inserção na realidade profissional e social via projetos de extensão, inferem que esta estratégia alinha-se com estabelecido no Plano Nacional de Extensão Universitária (2001), em que tem-se como princípio que, para a formação do profissional cidadão, é indispensável sua efetiva interação com a sociedade (FORPROEX, 2001).

Segundo os docentes, o estudante inserido na realidade profissional e social adquire experiências, habilidades e competências necessárias que contribuem para sua formação técnica e cidadã. Diante disso, é possível observar uma tendência de que a UFRPE reafirma o compromisso da extensão universitária na formação do estudante e na qualificação do professor. Corrobora o exposto a colocação de uma professora entrevistada da UACSA ao afirmar que “a extensão permite ao aluno ser um profissional mais humanizado”.

Ao ser entrevistado a respeito da interação existente ou planejadas entre a universidade e o segmento produtivo da região bem como a reflexão sobre a importância da universidade para o desenvolvimento local e regional, o representante da UAG pontuou que:

[...] nós somos unidades da sede, o que existe na sede de convênios e parcerias, replica para os *campi*. Se o *campus* tiver uma necessidade de uma parceria ou de um convênio diferente, a gente vai lá e pega, por exemplo, a gente tem parceria aqui com a prefeitura de Garanhuns desde que nós chegamos, a nossa implantação aqui foi graças à intervenção da prefeitura e nós chegamos aqui sem nada, então a prefeitura foi o carro-chefe da universidade federal para implantar a unidade [...] então as parcerias que nós temos hoje e que nós temos interagido é prefeituras, associações....

Acrescentou ainda que:

[...] a gente tem capacitações em projetos educacionais, de extensão, extensão entra aí agricultura, por exemplo. Estamos finalizando um projeto com a prefeitura para fazer todo o acompanhamento e orientação de análise de solo, de orientações e de culturas tradicionais, mandioca, milho, feijão [...]. Então a gente entra fazendo as capacitações e orientações nessas prefeituras. Aí vem Sebrae, SENAR, INPA, a federação da agricultura.

O representante da UAST, por sua vez, informou que muitos projetos de extensão que são ligados às temáticas de economia e administração envolvem a atuação junto aos pequenos negócios e, nesse cenário, algumas parcerias são firmadas com o Sebrae para o desenvolvimento dos projetos. Os efeitos advindos da extensão, potencialmente, atuam como uma via de mão dupla, uma vez que além de alcançarem a coletividade a partir do conhecimento gerado no interior da universidade, alcançam o interior da universidade com os desdobramentos da aplicação do conhecimento na sociedade. Um dos efeitos positivos é a inserção do estudante no ambiente profissional e, posteriormente, a sua fixação no mercado de trabalho. Sobre esses efeitos, ressaltam-se as contribuições dos representantes da UAST:

[...] toda vez que a gente chega nas escolas, que a gente vai perguntar: e aí, você vai ser o que? Aí o cara: médico, advogado, bombeiro, policial, nunca ninguém quer saber das ciências agrárias, raramente um fala assim: ah, eu vou ser técnico agrícola, ninguém fala em ser engenheiro agrônomo [...] isso é incrível, isso é na sua esmagadora maioria filhos de produtores. Então, nas zonas dos projetos onde a gente atua mais, sempre vem filhos desses agricultores que se identificam com a gente e eles entram na universidade, temos bons alunos oriundos desses projetos. Muitos alunos já formados aqui hoje trabalham exatamente em cima dessas questões, estão por aí fora. Outros não, foram para a cana-de-açúcar, *commodities* da soja.

A UAG, por sua vez, apresentou o seguinte cenário:

[...] hoje eu tenho empresas aqui, grande, chamada de Rancho Alegre, aquela fábrica em revenda de produtos, tem fazenda, tem laticínios, 90% dos funcionários dessa empresa são oriundos da UAG, zootecnia,

agrônomo, veterinário, zootecnista que a gente achava que na região não tinha emprego, só ela tem 13 zootecnistas trabalhando com eles nessa empresa. E uma série de outras empresas têm contratado egressos nossos nas áreas da agropecuária, na área de educação. É difícil assim, é difícil a gente encontrar um aluno nosso que termina o curso e não tem passado em um ou dois concursos de prefeitura, de estado [...] na nossa região existia muito, ainda tem muita cooperativa, associações de produtores, de produções e quem assumia as associações e cooperativas geralmente as secretarias de agricultura eram produtoras tradicionais que montavam as cooperativas e que vinham de família em família. Eu andei fazendo um levantamento recente e a maioria das secretarias de agricultura da região são ex-alunos nossos, a maioria das cooperativas e das associações hoje, eles que se formaram com a gente, estão assumindo esse papel, que a gente nem imaginava que eles iam assumir [...]. E uma outra área aqui que é espetacular, que pouca gente imaginava, é o empreendedorismo, muitos alunos nossos estão saindo daqui e não estão procurando emprego, eles estão abrindo negócios. Nós temos vários exemplos.

Ao avaliar-se os objetivos dos projetos de extensão da UACSA, é possível afirmar que eles buscam solucionar problemas existentes e a maioria parte de uma problematização no âmbito nacional para uma aplicação local. Contudo, não é possível ter completa garantia que todos os projetos são plenamente de interesse e necessidade da sociedade. Isto porque, conforme é evidenciado na fala de coordenadores entrevistados:

“[...] alguns professores, por iniciativa própria, foram atrás de liderança comunitária para apresentar o trabalho de extensão, e na interação com a liderança, se deparou que as carências daquele grupo eram outras. As lideranças apresentaram outra demanda”. “[...] o professor já pensa no seu projeto e ele aplica na comunidade sem compreender as suas demandas”.

Diante do exposto, cabe destacar que a inexistência da realização de ações pontuais interfere o alcance dos objetivos propostos pela Política Nacional de Extensão e ao alinhamento estratégico do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFRPE, os de que as atividades de extensão devem construir e disseminar conhecimento e inovação que busca solucionar problemas existentes, com base nos interesses e necessidades da sociedade. A partir dos discursos dos entrevistados apresentados, é possível considerar que é de suma importância o desenvolvimento de ações que, de alguma maneira, possam estabelecer a proximidade da universidade com as demandas da sua sociedade. A extensão universitária tem grande valor quando se consegue transformar o conhecimento produzido em algo útil para a sociedade, convertendo ideias em ações.

O desenvolvimento de um projeto, antes de tudo, deve levar em conta o diagnóstico de uma situação problema. Posteriormente, elabora-se um planejamento estratégico de ações primordiais para o alcance da solução desses problemas. A partir da entrevista com o representante da pró-reitoria de extensão (UFRPE-Sede), foram demonstrados os procedimentos para a implantação de um projeto de extensão:

“[...] A gente, para reconhecer que tenho um projeto de extensão, ele é cadastrado numa plataforma que é vinculada ao MEC que nós chamamos de SIGproj e depois que ele (o professor) se submete nesse projeto, ele vai imprimir uma via frente e verso e abrir um processo, encaminhar ao diretor do departamento dele solicitando um parecer da comissão de extensão departamental, em seguida vai para um conselho CPA técnico administrativo que vai emitir uma resolução, e isso em processo físico. Aí, terminado isso, eles enviam para a coordenação de educação continuada da pró-reitoria de extensão, nós vemos se está faltando mais alguma coisa e encaminhamos para a reitoria. E a reitoria encaminha para o conselho de extensão e lá é expedida uma outra resolução. Então, essa é outra mídia normal para implantação de um projeto de extensão [...]. Esse trâmite é em torno aí de uns dois meses.”.

Quando questionado se entre as três grandes unidades, além da sede, quais sejam: Cabo de Santo Agostinho (UACSA), Garanhuns (UAG) e Serra Talhada (UAST), existe diferença em como eles fazem extensão, o entrevistado ressaltou que:

“[...] Serra talhada e Garanhuns já tem uma concentração maior de projetos, aqui na sede nós temos professores que realizam, são da sede, mas fazem projetos na unidade mais distante. Certo? Mas, por outro lado, aqui, a região metropolitana, também precisa. Tem pessoas que são beneficiadas com projeto de empreendedorismo. Nós temos professoras que trabalham no Rio Capibaribe, Recife também tem problemas, grandes problemas que através de programas de extensão a gente vai conseguindo buscar solução. Inclusive pegar as necessidades, trazer para a universidade para fazer pesquisa e levar uma resposta. Ou, pelo menos, tentar minimizar. Então, na verdade, a gente tem projetos, professor, ao longo de todo o estado. Nós temos projeto em Fernando de Noronha, a pró-reitora conseguiu fazer a especialização dos projetos de extensão. Nós estamos presentes do litoral ao sertão. Têm diferenças, sim. Tem. Porque inclusive têm diferenças das necessidades [...] nós temos do curso de agronomia à ciência da computação. Então o público, inclusive as necessidades, são diferentes, mas, por outro lado, feito com o mesmo nível. A maioria dos nossos professores são todos doutores”.

Finalmente, diante das perspectivas e discussões ora expostas, cabe destacar que promover o fortalecimento da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão é compromisso da universidade e uma das diretrizes da Política Nacional de Extensão para o desenvolvimento das atividades de extensão. Ainda, espera-se que projetos de

pesquisa e extensão dialoguem em torno da mesma temática e isso foi identificado em grande parcela dos projetos de extensão da UFRPE, o que indica um esforço institucional em apoiar projetos que possuam a articulação entre a extensão e as demais funções acadêmicas. Fazer com que a extensão, a pesquisa e o ensino estejam intimamente ligados com as demandas da sociedade é parte da missão da universidade. No entanto, desenvolver ações que possam captar e atender mais amplamente as demandas da sociedade é, ainda, uma medida que precisa ser cada vez mais pensada e trabalhada na academia.

Desafios da extensão universitária

A partir das declarações dadas pelos entrevistados, é possível perceber que entre os principais problemas enfrentados para o desenvolvimento das atividades de extensão estão o financiamento da extensão universitária, uma vez que os recursos financeiros destinados aos projetos de extensão são, não poucas vezes, insuficientes. A ajuda de custo dispensada aos projetos é pequena para o desempenho das ações de extensão, o que aumenta a dificuldade se fazer extensão. Uma das críticas realizadas por uma coordenadora representante da UACSA é de que “o apoio financeiro da universidade não é suficiente. Na verdade, tem muita coisa que a gente coloca do nosso próprio bolso”. Outra coordenação da mesma unidade acadêmica compartilha do mesmo sentimento ao declarar que “não dá para fazer muita coisa com a verba que a gente recebe. Com o que a gente recebe, a gente tenta fazer milagre e conta com a minha colaboração muitas vezes”. Diante dessa crítica, discorrem que um financiamento adequado é peça fundamental e estruturante para realização e desempenho dos projetos extensão. Foi apontado também que não há financiamento exclusivo do MEC e do CNPQ para a extensão universitária, como ocorre com a pesquisa. A extensão é financiada com recursos próprios da universidade.

Adicionalmente, as diretrizes para a extensão regulamentam, ainda, que a extensão universitária deve ser incluída nos componentes curriculares estudantis dos cursos de graduação. As instruções normativas estabelecem que a extensão seja inserida na matriz curricular dos cursos de graduação, de modo que, no mínimo, seja assegurado 10% do total de créditos curriculares (BRASIL, 2010; FORPROEX, 2012). Tal medida reforça o papel da extensão na formação profissional dos estudantes, entretanto, segundo as percepções de alguns entrevistados, não há disponibilidade de projetos para

atender à quantidade de alunos como também não há verbas suficientes para atender às normas.

Todos esses relatos permitem constatar a possível necessidade por maiores ações e debates sobre as políticas orçamentárias de incentivo à extensão universitária, com vista a garantir a sustentabilidade financeira e a continuidade dos projetos. Mantém-se a percepção de que é importante refletir dentro da academia o papel da extensão, e evidenciar que esta deve assumir um espaço tão importante quanto a pesquisa e o ensino, até porque extensão também é um dever constitucional.

Outro desafio é o período de vigência dos projetos de extensão cuja vigência, tradicionalmente, é de até um ano, podendo ser renovada. Contudo, nem sempre o professor responsável consegue sua aprovação nos próximos editais, surgindo o problema da intermitência dos projetos de extensão. Desse modo, um determinado projeto pode funcionar em um exercício, e não ocorrer no ano subsequente, e posteriormente, anos à frente, ser aprovado. Sem o auxílio financeiro pago a um estudante da UFRPE, na maioria dos casos, não é possível prosseguir com o desenvolvimento da atividade.

Não menos importante, a construção de parcerias com órgãos públicos e privados, outra dificuldade observada, pode ser considerada ainda embrionária nas Unidades, o que leva à compreensão de que há atividades de extensão que trabalham de forma unidisciplinar. Firmino (2014), em seus estudos sobre a expansão e interiorização das Universidades Federais, estudando o caso da Unidade Acadêmica de Garanhuns da UFRPE, evidenciou que a interação com agentes externos a universidade também “são pouco satisfatórias e pouco frequentes”. Esse cenário aponta para a necessidade de preparo, por parte do corpo docente, em fazer extensão com as empresas, de tal modo que possa existir convergência de interesses, uma capacidade de comunicação e negociação para que a interação acadêmica com o mercado possa existir e estreitar. Dessa forma, é preciso criar uma comunicação comum entre as partes, de tal maneira que a academia possa falar a linguagem da indústria, e os empresários possam entender a linguagem da universidade. Por fim, a imagem da universidade também precisa de atenção e esforços que resultem em sua afirmação diária na sociedade.

O desconhecimento da atuação da instituição na cidade, sobretudo em seus primeiros anos, é um desafio que toda instituição enfrenta e consiste num processo longo e contínuo. A propaganda da universidade, muitas das vezes, limita-se ao ensino,

o que faz com que os setores da sociedade não enxerguem a universidade como possível instituição parceira para outras demandas.

Considerações Finais

As ações de extensão universitária indicam um trabalho de relacionamento entre a universidade e a comunidade, capaz de desenvolver um conhecimento mútuo, uma contribuição não só da universidade para a comunidade, como também da comunidade para a universidade. Diante do que foi apresentado, a natureza e as áreas de atuação dos projetos de extensão da UFRPE e de suas Unidades Acadêmicas, mesmo com limitações, fazem com que a Instituição seja um veículo de mudanças e ações transformadoras da sociedade e na própria comunidade acadêmica.

Em conformidade com a Política Nacional de Extensão Universitária, as práticas extensionistas identificadas promovem, de certo modo, um efeito na formação e aperfeiçoamento dos discentes, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade. As entrevistas evidenciaram, especialmente, as dificuldades de se aplicar os projetos de extensão, não somente pela precariedade de recursos financeiros, mas também pelo preparo dos docentes para dialogarem com os diferentes atores sociais.

Apoiar projetos desenvolvidos em parceria com representações do poder local e os demais setores da sociedade é fundamental para a ação transformadora que a extensão universitária produz. Práticas extensionistas bem planejadas e estruturadas reduzem a distância que pode separar a atividade acadêmica dos interesses concretos da sociedade. O êxito da atuação da universidade com a atividade de extensão requer a construção de uma rede institucional de parcerias sólidas, entre a universidade e os atores da sociedade.

Sem a criação desse elo, os conhecimentos produzidos, muitas vezes, passam a ficar engavetados na universidade e assim a instituição não cumpre bem seu papel de extensão. A formação de parcerias auxilia na definição, compreensão e priorização, a partir do entendimento dos representantes da sociedade, das reais demandas da região, além de possibilitar um melhor aproveitamento e alocação dos recursos na produção acadêmica.

Então, conforme estabelecido no PDI da UFRPE e na Política Nacional de Extensão, cabe à universidade estimular a construção de espaços e ambientes capazes de propiciar essa rede de parcerias, construir uma cultura acadêmica para fortalecer o

trabalho da extensão universitária e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região. A UFRPE possui capacidade para criar, inovar e transformar, contudo, é importante buscar e manter uma relação com parceiros públicos e privados, estimular atividades de extensão cujo desenvolvimento implique relações interdisciplinar, interprofissional e interinstitucional.

Apesar dos avanços na pauta da extensão universitária ao longo dos anos, a comunidade acadêmica precisa aplicar esforços para transparecer suas funções e potencialidades, mediante suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Ainda é necessário discutir formas dentro da academia de como aprimorar a transferência mútua de conhecimentos; pensar em como fazer extensão; tornar mais estreita e eficiente as relações entre a universidade e a sociedade, particularmente nos departamentos responsáveis por essa pauta, e fazer com que as ações de extensões sejam ampliadas e ganhem corpo institucional para sua maior efetividade, organização, apoio, acompanhamento e articulação com políticas públicas.

É preciso, também, colocar a extensão no mesmo patamar de relevância do ensino e da pesquisa, e ampliar os recursos financeiros por parte das agências de fomento e de órgãos federais. Cabe à própria universidade dar suporte para os projetos de extensão ganhar maior visibilidade.

Como já abordado por Firmino (2014), a implantação de uma universidade numa região é relevante, porém não é condição suficiente para o desenvolvimento de região. Além da universidade se instalar na região, é preciso que a instituição acadêmica seja da região, integre a dinâmica social e econômica de sua área de abrangência, para que assim construa e dissemine o conhecimento e a inovação com base nos anseios da sociedade.

Esse artigo surge em um momento de discussão quando a prática da extensão universitária é cada vez mais urgente. Entende-se que novos estudos precisam ser ampliados e aprofundados, por isso sugere-se para trabalhos futuros a realização de entrevistas com atores externos à universidade e aos usuários dos projetos de extensão, para assim melhor compreender em que grau de proximidade encontram-se os propósitos da UFRPE-Sede e suas Unidades Acadêmicas com os da sociedade e entorno.

Referências

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Diário Oficial* [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 nov. 1968 e retificada em 3 dez. 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 12 abr. 2020.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). *Diário Oficial* [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. Ministério da Educação. Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012. Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012. Brasília, 2012.

_____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: 2001. Disponível em: <http://www.unirio.br/propg/extensao/planoed.doc>. Acesso em: 5 Mai. 2020.

_____. Ministério da Educação. Projeto de Lei nº 8.035, de 20 de dezembro de 2010. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 20 dez. 2010. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490116>. Acesso em: 10 de Mai. de 2020.

_____. A democratização e expansão da educação superior no país 2003 –2014. 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192. Acesso em: 30 set. 2019.

CASTRO, L. M. C. A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores. In: REUNIÃO ANUAL DA AMPED, 27, 2004, Caxambu. Textos. Caxambu: ANPED, 2004. p. 1-16.

CHURCHILL, G. *Marketing research: methodological foundations*. 2a ed. The Dryden Press. 1998.

COSTA, P. M. D.; SANTOS, S. R. M.; GRINSPUN, M. P. S. Z. Extensão Universitária e o Campo da Política Cultural. Meta: Avaliação. Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, set./dez p. 352-368, 2009.

CUNHA, L. A. A Universidade Temporã. *O Ensino Superior da Colônia à Era Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DIEMER, M. J. A extensão universitária como possibilidade de formação integral: evolução, sujeitos envolvidos, aprendizagem e inserção curricular. In: CERETTA, L. B.; VIEIRA, R. d. S. *Inserção curricular da extensão: aproximações teóricas e experiências*: volume VI. Criciúma (SC): UNESC, 2019. p. 29-54.

ENRICONE, D. *A docência na educação superior: sete olhares*. Porto Alegre: Evangraf, 2006.

FÁVERO, M. L. A. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR.

FERNANDES, M. C.; SILVA, L. M. S. d.; MACHADO, A. L. G.; MOREIRA, T. M. M. Universidade e a extensão universitária: a visão dos moradores das comunidades circunvizinhas. *Educ. rev.*[online]. 2012, vol.28, n.4, pp.169-194.

FIRMINO, A. L. d. S. A interiorização das Universidades Federais e os Arranjos Produtivos Locais: o caso da Unidade Acadêmica de Garanhuns. 2014. 119 f. *Dissertação* (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Administração e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2014.

FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012. p.15. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 20 Abr. 2020

_____. *Plano Nacional de Extensão Universitária*. Ilhéus: Editus, 2001. (Extensão Universitária, v.1).

_____. *Extensão Universitária: organização e sistematização*. Coordenação Nacional do FORPROEX. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

GONDIM, S.; FISCHER, T. O discurso, a análise do discurso e a metodologia do discurso do sujeito coletivo na gestão intercultural, *Cadernos Gestão Social*, 2(1), 2019.

MAZZILLI, S. Ensino, Pesquisa e Extensão: uma associação contraditória. *Tese* (Doutorado). São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 1996.

MELO, J. R. A extensão universitária na UFPE: uma análise sobre a produção extensionista na perspectiva docente 2004-2009. *Dissertação* (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Gestão e Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

NOGUEIRA, M. D. P. Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. In. FARIA, D. S. (Org.). *Construção conceitual da extensão na América Latina*. Brasília: UNB, 2001.

OLIVEIRA, T. M. V. Amostragem não Probabilística: adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas. *Revista Administração Online*, v. 2, n. 3, p. 1-15, 2001. ISSN 1517-7912.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999. 3ª ed.

TAUCHEN, G.; FÁVERO, A. A. O princípio da indissociabilidade universitária: dificuldades e possibilidades de articulação. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v. 17, n. 33, p. 403-419, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/lc.v17i33.3818>. Acesso em: 23 abr. 2020.

UACSA. Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho. Apresentação. Disponível em: <http://uacsa.ufrpe.br/br/apresenta%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 7 abr. de 2020.

UFRPE. Plano de reestruturação, estatuto e regimento geral da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 1985.

UFRPE. Pró Reitoria de Extensão, Cultura e Cidadania (PROExC). Atividades de Extensão. Disponível em: <http://www.prae.ufrpe.br/>. Acesso em: 15 ago. 2021.

_____. Resolução N° 148/2004. Dispõe sobre Ações de Extensão na Universidade Federal Rural de Pernambuco e dá outras providências. 2004. Disponível em: <http://prae.ufrpe.br/sites/prae.ufrpe.br/files/Resolucao.pdf> . Acesso em: 6 mai. 2020.

_____. Plano de desenvolvimento institucional PDI UFRPE - 2013-2020. Recife: UFRPE, 2018. Disponível em: <http://ufrpe.br/sites/ufrpe.br/files/PDI%20UFRPE%202013-2020%20%20vers%C3%A3o%20revista%20e%20atualizada.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.